

## Um panorama sobre a violência de jovens na Espanha

Juan Carlos Revilla Castro  
Roberto Domínguez Bilbao

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, JMAP., and SALLES, LMF., orgs. *Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 182 p. ISBN 978-85-7983-109-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# 6

## UM PANORAMA SOBRE A VIOLÊNCIA DE JOVENS NA ESPANHA

*Juan Carlos Revilla Castro*

*Roberto Domínguez Bilbao*

### Introdução

O estudo sobre violência requer, como elemento fundamental para a contextualização do fenômeno, uma análise dos diferentes espaços sociais em que aparece. As formas concretas que a violência assume são sempre específicas de cada meio social. Por isso, é importante conhecer em detalhe as diferentes formas em que se manifesta. Somente depois de conhecer essas diversas formas de manifestações, em seus diferentes matizes e condições de aparecimento, é possível estabelecer as recorrências ou processos que, mesmo em sua diversidade, podem apresentar similitudes que nos ajudem a entender o fenômeno.

Assim, para estudar a violência dos jovens é necessário conhecer as diferentes modalidades de atos violentos nos quais eles participam e, sobretudo, estabelecer algum tipo de comparação, implícita ou explícita, com a violência adulta. A violência de jovens como objeto de estudo só se justifica se entendermos que ela é diferente de outras formas de violência social, não especificamente juvenis. Para tanto é necessário comparar a violência que exercem os jovens com aquela praticada pelos adultos. Senão, correremos o risco de ampliar o fenômeno ou de atribuir à violência dos jovens uma periculosidade

que não é justificável pela sua incidência. Como afirmaram Fernández Villanueva et al. (1998), a violência dos jovens não é nova, nem é extremamente perigosa e nem essencialmente diferente de outros tipos de violência.

As violências mais habituais cometidas por jovens no contexto espanhol, segundo Revilla (2000), são a violência reivindicatória, a delinquência juvenil, a violência que acontece nos espaços de lazer e a violência escolar. Dessas quatro formas de violência, a violência reivindicatória, aquela relacionada aos protestos juvenis contra o governo ou relacionada a diferentes causas sociais, tem perdido importância nas últimas décadas. Salienta-se que esse tipo de violência não parece ser muito diferente da que protagonizam os adultos, nem em sua forma, nem em suas consequências. Inclusive, recentemente, é possível observar reivindicações trabalhistas adultas mais violentas que as juvenis, apesar de ser esta última a que costuma gerar maior apreensão social. Não se trata de que a reivindicação juvenil tenha desaparecido, ainda que muito se fale do conformismo juvenil (ver Revilla, 2001), mas de que os protestos juvenis na atualidade não são, em geral, especialmente violentos, ainda que possam ocorrer excessos pontuais. A exceção, em nosso país, continua sendo a violência *callejera*,<sup>1</sup> no País Vasco, exercida por grupos de jovens simpatizantes do grupo terrorista ETA, que atua como plataforma de lançamento de futuros comandos terroristas.

A violência criminal, delinquente, também não se distingue de formas de violência adulta. Se é possível falar de delinquência juvenil, é em função do início precoce de certos jovens em condutas ilegais. A preocupação com essa questão está associada à intenção de intervir e integrar esses jovens na sociedade antes que esses comportamentos antissociais se tornem crônicos (idem, 2000).

Na violência relacionada com a delinquência juvenil, é interessante distinguir entre a delinquência como meio de vida da delinquência como conduta antissocial, em boa medida violenta, que

---

1 Conforme o original.

faz parte do estilo de vida peculiar de determinados grupos sociais. Essa distinção é necessária se queremos compreender adequadamente o que se entende por delinquência e as condutas que fazem parte das estatísticas de criminalidade (ver Rechea et al., 2006). Com isso é possível distinguir a violência vinculada ao tráfico de drogas ou ao roubo de bancos (modo de vida) da violência que ocorre entre os jovens em seus contextos de interação (forma de vida).

Nem por isso estas últimas são condutas menos graves, pois têm desencadeado, por exemplo, alguns assassinatos ou estupros de mulheres adolescentes por grupos de rapazes da mesma idade, em uma dramática antecipação da violência de gênero nas relações íntimas. Quando nos referimos à violência como parte de um modo de vida, referimo-nos ao fato de que nos mundos sociais de muitos grupos sociais (com um conceito amplo de violência poderíamos inclusive dizer que todos os mundos sociais implicam certas formas de violência) aparecem condutas violentas, antissociais ou ilegais passíveis de serem castigadas, como forma de controle social. Por exemplo, alguns jovens e adultos consomem drogas ilegais, agredem outras pessoas ou dirigem com uma taxa de álcool no sangue superior ao dobro da legalmente permitida (o que é delito na Espanha). Essas condutas violentas ou antissociais se enquadram, em um sentido amplo, em subculturas sociais particulares e, portanto, em um tipo de forma de vida.

Essa caracterização da delinquência aproxima, assim, a violência criminal das outras duas formas de violência que nos parecem mais especificamente juvenis, pois respondem a características próprias da posição social que ocupa a juventude como grupo social, ainda que com suas diferenças internas. Trata-se da violência ligada ao lazer e a violência escolar. Ambos os tipos de violência têm em comum o fato de que ocorrem fundamentalmente entre pessoas do mesmo grupo de idade e têm sua lógica no âmbito dos processos grupais juvenis. São violências que, a não ser que ultrapassem certo patamar que dificilmente é determinável, não são percebidas como violência delinquente, nem aparecem nas estatísticas criminais registradas em nosso país. São violências que fazem parte de

um determinado estilo de vida e estão relacionadas aos processos de construção de certas identidades juvenis.

Se esses tipos de violência são inequivocamente juvenis, é altamente provável que os atores que as cometem deixem, progressivamente, conforme envelhecem, de protagonizar esses atos agressivos. Contudo, o tratamento que a opinião pública usualmente confere à violência juvenil não leva em consideração essa questão; pelo contrário, qualquer manifestação violenta ou uma conduta simplesmente inadequada dos jovens é tomada como um sintoma do que há de vir, do futuro que nos espera, do que acontecerá com a sociedade quando esses jovens se incorporarem ao mundo adulto (Revilla, 2001). Desse modo, a preocupação com a violência juvenil se transforma em um instrumento de pressão sobre os jovens para que se comportem adequadamente e, até mesmo, em um mecanismo para justificar a postergação de seu ingresso nos direitos e deveres que estão associados aos adultos, legitimando assim certa discriminação social.

De fato, caberia entender a violência juvenil de outro modo, mais de acordo com essa interpretação: como excessos próprios da época juvenil e que têm sido também típicos de outras gerações de jovens. Apesar disso, a interpretação predominante fixa-se na inadequação do comportamento juvenil, na ausência de valores que estão implicados nele e, em consequência, penaliza radicalmente, não somente a violência, mas qualquer conduta que saia do normativamente estabelecido.

Tudo isso transforma a violência juvenil em um problema social e, por extensão, em um problema de todo o grupo. Isso não significa, do nosso ponto de vista, que não tenha sentido estudar a violência juvenil, mas sim que é necessário situá-la em seu contexto e em sua relativa importância. Por isso, o objetivo destas páginas é realizar uma revisão das formas de violência juvenil mais presentes na Espanha, principalmente a violência associada à delinquência, a violência vinculada ao lazer e ao ócio e a violência escolar. Com isso pretendemos dar um panorama suficiente, nos limites deste capítulo, que permita entender os sucessivos fenômenos da violência

de jovens que vêm (prê)ocupando a sociedade espanhola. Começaremos esse panorama pela violência criminal, a primeira a gerar interesse, seguida pela violência relacionada ao lazer, que traz novas explicações para o fenômeno, para terminar com a violência escolar, que só recentemente começou a ser estudada em profundidade.

## A delinquência juvenil

O tipo de violência de jovens, talvez o mais estudado, é o que se denominou conduta antissocial, que se refere aos comportamentos relacionados com a delinquência, seja por se constituírem em atos delituosos ou em condutas inapropriadas que fogem ao marco legal (ver Rutter et al., 2000).

O interesse específico pela delinquência juvenil está associado ao momento histórico em que se produz o “descobrimento” da adolescência (Gillis, 1974), entendida como um período turbulento no qual o jovem é vulnerável a qualquer influência negativa procedente do exterior e que pode pôr em perigo seu futuro. Isso é potencializado quando as análises se voltam aos jovens da classe baixa, de forma que se problematizou e criminalizou a transição para a idade adulta dos jovens trabalhadores desqualificados, cuja socialização era mais extraescolar (na rua) que escolar, o que contribuía para uma independência mais precoce e uma maior precocidade de seus comportamentos. Com a psicologização desse modelo de adolescência, essa precocidade e resistência tornam-se prova da inferioridade e da perversidade inerente aos rapazes da classe trabalhadora que tinham de ser necessariamente disciplinados (educados, resgatados) ou encarcerados (criminalizados) se discipliná-los não fosse possível (Caron, 1995).

Entretanto, na Espanha, como uma sociedade de desenvolvimento industrial tardio, essa problematização da juventude operária não ocorre até os anos 1960 e 1970, quando a migração interna leva às periferias das grandes cidades enormes massas de população jovem, que se veem submetidas a condições de pobreza relativa e

certa marginalização social. Esse fato provoca preocupação na população autóctone e nos próprios investigadores sociais, que o percebem como uma das causas do aumento da delinquência juvenil (Ballesteros, 1966). A explicação que predomina nesse momento une, ao fenômeno em si da migração, elementos sociológicos (como as más condições de vida ou o desemprego), a explicação socioestrutural mais tipicamente mertoniana (Merton, 1957) e as de cunho mais moral, como a não adaptação ao trabalho, o afrouxamento dos laços familiares, o mau exemplo dos adultos ou o desaparecimento de valores religiosos (Gómez, 1970), uma explicação típica do regime político conservador reinante, mas também de qualquer sociedade que perde os vínculos da tradição e se incorpora à ordem pós-tradicional característica das atuais sociedades ocidentais.

Com a implantação da democracia, este último tipo de explicação perde a força, enquanto as explicações mais sociológicas em termos estruturais ou subculturais tendem a se impor. Ao buscar os significados da subcultura juvenil, os diferentes autores procuraram dar sentido à atividade delinvente dos bandos juvenis. Dessa forma, opõem-se à opinião geral dominante que criminalizava e responsabilizava os adolescentes de classe operária por quase todos os males da sociedade, isto é, que psicologizava e patologizava esses comportamentos.

Pouco a pouco, institui-se a concepção do delinvente juvenil como um sujeito marginalizado socialmente e que responde ou protesta contra essa situação de forma chamativa, embora ineficaz, pois ou morre ou termina encarcerado, tal como é retratado nos filmes espanhóis da época, que inclusive produziram um subgênero, o “cine quinquí”, inaugurado pelo filme de José Antonio de la Loma *Perros callejeros* (1977).<sup>2</sup> Esses filmes retratam o mundo semimarginal dos jovens habitantes das periferias urbanas das grandes cidades, chegados em massa do meio rural, com sua forma de vida particular (uma subcultura que se denominou *golfos*)<sup>3</sup> (Feixa & Porzio,

---

2 Conforme o original.

3 Conforme o original.

2004), que une a delinquência e a violência ao consumo de drogas pesadas e que constrói anti-heróis atrativos, ainda que frágeis (para o final que os espera). Com isso, essa explicação destaca os elementos subculturais, isto é, a existência de uma subcultura própria de certos grupos sociais, que adotam um modo de vida em que seus membros se socializam e aceitam os critérios de êxito tal como definidos por essa subcultura que, embora considerados ilegítimos pelo resto da sociedade, são adotados por esse grupo (Cohen, 1955).

As transformações e o desenvolvimento da sociedade espanhola fizeram com que a situação dessa população melhorasse e que gradualmente as situações de marginalidade se reduzissem, o que é coerente com a diminuição da preocupação com a delinquência juvenil associada à marginalidade e em congruência também com a relativa baixa da taxa de criminalidade juvenil na sociedade espanhola (Gómez, 1970). Nessa época, a taxa de criminalidade juvenil se tornou similar à dos outros países europeus (Jünger-Tas et al., 1994).

É a partir desse momento que a atitude da sociedade espanhola frente à delinquência juvenil foi ficando cada vez mais marcada pela cobertura mediática (televisiva) dos assassinatos. Assim, passa-se da preocupação com os direitos dos presos da transição (boa parte deles políticos nesse momento) a uma preocupação pelas vítimas, junto com um avanço do discurso da “lei e ordem” (Barberet, 2005). Soto (2005) mostrou que existe uma relação entre a cobertura mediática dos crimes mais graves na televisão (alguns cometidos por jovens) com o aumento da preocupação pelos cidadãos pela violência da delinquência e o endurecimento da política criminal.

A precocidade de alguns criminosos que cometem crimes graves tem estimulado um debate a respeito da idade limite da responsabilidade penal dos menores, agora fixada em 14 anos para delitos graves. Segundo a atual *Lei del Menor* espanhola (LO 5/2000), em seu art. 3, aos menores de 14 anos “não se exigirá responsabilidade com base na presente Lei, senão que se lhes aplicará o disposto nas normas sobre proteção de menores”. Aos jovens entre 18 e 21 anos é possível aplicar a *Lei del Menor*, que é, no entanto, sob certos aspectos, mais benevolente que o Código Penal (art. 4).



Por isso, a agenda política da última década, pelo menos, se caracterizou pela ambiguidade, apostando por um lado na proteção dos menores agressores, em concordância com a *Convención de Derechos del Niño*,<sup>4</sup> mas por outro estabelecendo castigos severos para os delitos de maior gravidade, mais raros, mas que provocam alarme social e mediático (Bernut-Beneitez, 2002).

De fato, as características da delinquência juvenil na Espanha a diferenciam do que poderia ser um meio de vida alternativo para a maioria dos jovens. Trata-se principalmente, e em geral, de condutas que poderíamos denominar desviadas e de importância relativa, como vandalismo, brigas, roubos, dirigir sem permissão etc. (ver Rechea et al., 1995).

Por último, é necessário assinalar que o crescimento exponencial da imigração para a Espanha nos últimos anos provocou um aumento e uma maior preocupação a respeito da delinquência juvenil, embora neste caso centrada exclusivamente nos grupos de jovens imigrantes (especialmente os de origem latino-americana), em relação a que o temor é aumentado pela mídia, que sugere que esses grupos trariam para a Espanha uma violência que seria, até o momento, alheia ao contexto espanhol. A cobertura mediática estereotipiza e estigmatiza (Machado, 2008), ao mesmo tempo em que imputa como delinquente aquilo que tem muito de subcultura juvenil adaptada a um meio hostil, como é o caso dos jovens filhos da imigração que buscam sua integração (Feixa et al., 2006; Soriano, 2008).

## **A violência no lazer: subculturas juvenis e futebol**

Se, como apontamos, o estudo da delinquência desde suas origens teve uma perspectiva cultural de análise (as subculturas juvenis), o estudo da violência de jovens na Espanha direcionou-se progressivamente para o estudo das condutas violentas desvinculadas

---

4 Conforme o original

ou não explicáveis pelo seu caráter instrumental. O interesse pelas subculturas juvenis começou a partir da vinculação de certos agrupamentos juvenis com problemas sociais, sobretudo a delinquência (Thrasher, 1927). Nessas explicações, a delinquência parece converter-se em um estilo de vida alternativo, já que os jovens podem vir a alcançar certo êxito econômico com as atividades ilícitas, embora Cohen (1955) já tenha começado a destacar o caráter não utilitário e hedonista das subculturas juvenis de classe baixa.

Respondendo a uma situação social diferente, britânica, a escola de Birmingham (Cohen, 1955; Hargreaves, 1967; Willis, 1977) retirou o estudo das subculturas juvenis do âmbito da delinquência, desproblematizou-as socialmente, minimizando a importância dos comportamentos ilícitos, e deu-lhes um caráter mais simbólico do que prático. Na Espanha, Feixa (1998) desenvolveu teórica e conceitualmente essa perspectiva. Do seu ponto de vista, os jovens são criadores de culturas na medida em que suas condutas adquirem um significado de algum modo diferente do da cultura da sociedade de que fazem parte. Feixa não fala de uma cultura juvenil única, mas sim de culturas juvenis diversas que se expressam em estilos de vida distintos e que surgem pelas vivências comuns dos jovens nos espaços institucionais (escola, trabalho, meios de comunicação), de parentesco (família), no bairro e no lazer.

Para Feixa, as culturas juvenis seriam culturas subalternas, dependentes da cultura hegemônica (Gramsci, 1975, 1998), escassamente integradas nas estruturas produtivas e de caráter transitório. Cada cultura juvenil compartilha uma identidade geracional, na medida em que é produto das mesmas condições históricas concretas. Isso não significa que os jovens sejam uma geração unificada, já que aos fatores históricos se somam fatores estruturais, de classe, que diferenciam a vivência dos mesmos acontecimentos históricos.

As culturas juvenis chamam a atenção por suas manifestações espetaculares, estilísticas, que conseguem uma presença social importante que se manifesta nos trajes agressivos ou nas músicas impactantes. Feixa ainda articula os estilos juvenis em várias dimensões, como: a) uma linguagem própria; b) uma identificação com

um tipo de música; c) uma estética característica; d) uma produção cultural específica (revistas, pichação, tatuagens, livros etc.); e) atividades próprias, habitualmente de lazer, como partidas de futebol, consumo de drogas, sair de noite, ir a determinados locais. Todos esses elementos servem como identificação de estilo frente aos demais, portanto, de diferenciação frente aos outros jovens e frente aos adultos (Revilla, 1996; 1998) e mantêm certa consistência entre eles (homologia).

A investigação sobre subculturas estabeleceu a diferença entre subculturas juvenis próprias da classe trabalhadora e as de classe média. Entretanto, em nosso país não é tão simples diferenciar as subculturas juvenis por sua procedência de classe. Deve levar-se em consideração que os jovens espanhóis aderem a modelos simbólicos importados em geral do Reino Unido, onde se configurou a maior parte da criação estilística juvenil desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, na Espanha tem-se visto jovens *hippies*, *mods*, *rockers*, *punks*, *skins*, *okupas* etc., e outros mais autóctones, como *golfos*, *makineros*, *fiesteros* etc. (ver Feixa & Porzio, 2004).

Nessa importação de modelos, os significados originais da subcultura são transformados ou reconstruídos, o que lhes confere um sentido próprio e conforme sua realidade. De fato, em investigações realizadas em nosso país sobre tribos urbanas ou subculturas juvenis não se pode constatar a homogeneidade de classe de um ou de outro estilo juvenil (ver Fdez. Villanueva et al., 1998; Revilla, 1996; Acosta, 1990). Entretanto, os estilos juvenis não são mais que a “juventude visível” (Revilla, idem). A maioria dos jovens não se considera adepto de nenhum estilo juvenil, mas adepto de um estilo juvenil comum, aquele mais relacionado com a subcultura juvenil geral de todos os jovens. Esse estilo “normal” (conformista, segundo Brake, 1985) é identificado pelo consumo de certos tipos de música de caráter massivo e pela indumentária que está conforme os parâmetros do que se considera uma aparência juvenil (idem, 2000).

Os estilos juvenis geram preocupação social na medida em que se relacionam com a violência ou com comportamentos antissociais (ou imorais para muitos), aproximando-se da maioria das condutas

ilícitas juvenis. De fato, como mencionamos acima, a delinquência juvenil predominante na Espanha é constituída por pequenos delitos (Rechea et al., 1995) que se enquadram na violência subcultural. Contudo, muitos desses estilos juvenis não guardam relação com a violência nem com o comportamento antissocial, ainda que alguns de seus membros possam cometer em determinados momentos algum delito, como parte de suas estratégias identitárias. Seus membros não costumam estar envolvidos em incidentes e sua atividade é antes de tudo de vivência de uma identidade e de uma especificidade simbólica experimentada, entre outros elementos, por manifestações imaginárias.

O fato de que alguns estilos juvenis estejam ligados à violência relaciona-se com as atitudes sociopolíticas próprias do estilo, que pode, por sua vez, estar relacionado com comportamentos considerados socialmente bons e corretos ou maus e incorretos. Influi igualmente o grau de identificação dos sujeitos com o grupo, pois quando a identificação com o estilo juvenil é total e articula, pelo menos temporalmente, a vida do sujeito, a possibilidade de que se envolva em comportamentos antissociais em prol da interação grupal é maior (Revilla, 2000).

Os tipos de violência mais graves ligados à juventude continuam sendo, faz já certo tempo, a violência existente em determinadas subculturas e a violência xenófoba dos *skins*. Quanto à primeira, certos grupos subculturais apresentam uma clara atitude de rivalidade e competição entre si, junto com uma tradição de enfrentamento entre certas subculturas: *mods-rockers*, *punkies-skins* etc. (Fernández Villanueva et al., 1998). Essa rivalidade leva-os a enfrentar-se de uma forma relativamente regularizada, ainda que espontânea. Espontânea porque depende de um encontro casual na rua, mas organizada porque o encontro é buscado e tem características quase sempre similares: um grupo em superioridade numérica provoca outro, que revida, e isso se transforma em agressão grupal mais ou menos ritual, mais ou menos brutal. No caso da violência *skin* ultradireitista, essas atitudes sociopolíticas estabilizam-se em um tipo de ideologia, de tipo nacional socialista ou fascista. Essa

ideologia marca uma série de atitudes frente a outros grupos sociais e inclusive a necessidade de agir agressivamente sobre eles para conseguir certos objetivos (idem).

A violência no futebol espanhol está relacionada com a violência estilística, pois muitos dos jovens torcedores<sup>5</sup> de clubes de futebol estão identificados com certos estilos juvenis, especialmente com os *skins* ou *red-skins*. Segundo Spaaij & Viñas (2005), na segunda metade dos anos 1980, os grupos de jovens fãs de futebol se politizam progressivamente e assumem, predominantemente, um estilo *skin* ultradireitista, que lhes proporciona um aparato ideológico, não especialmente elaborado, mas legitimador das manifestações de violência (Fernandez Villanueva et al., 1998). No entanto, como consequência da brutalidade dos incidentes que ocorrem, então, nos campos de futebol e em seus arredores, há uma reação geral de rejeição à violência e a esses grupos, que até o momento, inclusive de certa forma até a atualidade, recebiam apoio dos próprios clubes. Simultaneamente se formaram outros grupos estilisticamente similares, mas opostos ideologicamente, os *red-skins*, com os quais entram em uma dinâmica de enfrentamento mútuo. Aqui, a dinâmica é similar à da violência estilística: grupos que se enfrentam em uma relação de competição por recursos simbólicos, neste caso o prestígio e a honra do clube que representam.

A reação da sociedade, da administração e dos próprios clubes levou a uma redução das manifestações violentas no futebol, assim como da gravidade dos incidentes, o que ocorreu especialmente depois do assassinato de um torcedor fanático, que tinha pouca ou nenhuma relação com a violência de seus agressores.

De fato, entendemos que as principais variáveis explicativas de ambos os fenômenos, em concordância com os estudos anteriores, são o grupo (as relações intra e intergrupo) e os processos derivados dele (como solidariedade, rivalidade etc.), a identidade grupal e individual, os processos de configuração ideológica e os elementos imaginários (idem).

---

5 Os ultra, no original.

Finalmente, gostaríamos de assinalar duas questões que neste momento começam a se destacar: a chegada de subculturas cujo universo simbólico provém da América Latina e a presença de mulheres nos grupos e/ou a existência de subculturas especificamente femininas. Esta última questão tem sido até agora especialmente ignorada, pois pouco se estudaram as produções simbólicas próprias que expressam culturalmente as diferenças frente às culturas masculinas naqueles contextos nos quais essas culturas aparecem segregadas por gênero. Além disso, até o momento não se tem pensado nas jovens como sujeitos agressores, ainda que haja alguns indícios de que isso possa estar mudando e que, embora de forma minoritária, os grupos violentos estão agredindo mulheres.

Sobre as subculturas da imigração, as investigações feitas (Feixa et al., 2006; Machado, 2008; Soriano, 2008) até o momento têm procurado minimizar a relação que os meios de comunicação e, como reflexo, a população em geral estabeleceu entre esses grupos de jovens e as condutas delinquentes, tentando situá-las no âmbito das subculturas juvenis, sem esquecer o componente estrutural existente advindo das dificuldades de integração social desses grupos.

## **A violência escolar**

Até este momento, o estudo da violência juvenil não se relacionava com as investigações sobre violência escolar. A violência juvenil acontece caracteristicamente nos centros urbanos, em espaços residenciais ou de lazer, e é, em geral, praticada em grupo (ver Fdez. Villanueva et al., 1998). Os estudos sobre violência escolar investigavam indivíduos de idades inferiores, crianças ou no máximo adolescentes, tendiam a individualizar os comportamentos e estavam, como esperado, restritos à violência que ocorria no espaço escolar.

Embora existam diferentes perspectivas de análise da violência escolar, na Espanha tem sido e é predominante aquela que Revilla (2002) denominou psicossocial, centrada no estudo do maltrato

entre escolares, também conhecido por sua denominação saxônica (*bullying*), nórdica (*mobb-n-ing*) ou japonesa (*ijime*). Essa perspectiva de uma preocupação psicológica, o bem-estar dos escolares, problematizada como uma questão de direitos democráticos fundamentais: qualquer aluno tem direito a uma experiência livre de opressão e humilhações, tanto na escola quanto na vida social (Olweus, 1992). Contudo, o maltrato entre iguais não é algo novo e já existia antes da definição científica do fenômeno. A experiência da maior parte dos cidadãos de gerações adultas, que foram escolarizados durante o regime franquista, mostra que comportamentos desse tipo não estavam ausentes do espaço escolar e, inclusive, que poderiam ser extremadamente graves, contando além disso com escassa reação, quando não com a convivência da instituição escolar

Portanto, a maior mudança a respeito do problema tem sido de caráter mais social do que em termos de suas manifestações fenomenológicas. Exemplo disso é a elaboração de relatórios sobre violência escolar patrocinados pela *Oficina del Defensor del Pueblo*<sup>6</sup> (2000; 2006) que adotam a perspectiva psicossocial do maltrato entre escolares. Um marco na preocupação social sobre o problema foi a reação popular e mediática ao suicídio de um adolescente de 14 anos (Jokin), ocorrido em 21 de setembro de 2004, que foi atribuído a situação de maus tratos escolares dos quais era vítima.

A linha de investigação predominante na Espanha sobre a violência escolar está conforme a das investigações internacionais que têm gerado uma quantidade importante de dados acerca de sua incidência e sobre as respectivas e diferentes variáveis. Os resultados obtidos na Espanha não fogem, em termos globais, dos obtidos em outros países (ver Revilla, 2002). Quanto à incidência de violência escolar, a Espanha situa-se em uma posição intermediária, com pouco mais de 20% (Ortega & Mora-Merchán, 1997; 1999), o que é similar aos países do entorno, como Grã Bretanha (Smith, 1999), Portugal (Tomás de Almeida, 1999), Bélgica (Vettenburg, 1999) e Grécia (Kalliotis, 2000). Os moços estão mais envolvidos nos maus

---

6 Conforme o original.

tratos que as moças, seja como vítimas, seja como agressores, e também praticam significativamente mais os maus tratos físicos, enquanto as meninas estão mais envolvidas em formas de maus tratos indiretos (insultos, fofocas, isolamento), sendo estas, no geral, as formas mais comuns (Ortega & Mora-Merchán, 1997).

Em geral, a importância do fenômeno reduz-se com a idade (*idem*). Do mesmo modo, os maus tratos são mais frequentes no Ensino Fundamental que no Ensino Médio,<sup>7</sup> com variação na frequência de suas formas: menor violência física no Ensino Médio. Talvez porque, nesse momento, os jovens comecem a ter mais liberdade de movimento, frequentando espaços que vão além do entorno escolar, como os de lazer, de forma que condutas violentas se manifestam agora, em maior medida, neles. Não obstante, tem-se observado uma estabilidade e uma continuidade no tempo das relações entre agressores e vítimas (Olweus, 1999a; Smith, 1999).

As agressões ocorrem tipicamente nos intervalos e nos recreios e ocorrem especialmente no pátio e na sala de aula, e somente em menor medida nos corredores, no entorno da escola e nos trajetos de ida e volta (*Oficina del Defensor del Pueblo*, 2006). Craig et al. (2000) indicam que o maltrato indireto ocorre mais na sala de aula, já que é mais sutil e mais difícil de ser percebido pelos adultos. Os rapazes não tipicamente agressores, quando cometem uma agressão, fazem-no com maior frequência no pátio, pois estão conscientes que esse local propicia uma maior impunidade, o que contribui, inclusive, para a suposição de que é uma transgressão de menor importância.

Isto tudo indica que é possível destacar algumas questões que aproximam, mais na atualidade que no passado, a violência escolar daquela que ocorre nos espaços de lazer. Por um lado, a permanência obrigatória dos escolares até os 16 anos na escola acarretou como consequência a convivência nos centros educativos, até uma idade superior, de alunos bastantes distintos quanto a características socioeconômicas.

---

7 No original, *enseñanza primaria y secundaria*.



Por outro, parecemos assistir a um processo de “juvenilização” da adolescência e, inclusive, da infância tardia, na medida em que as crianças e os adolescentes procuram imitar comportamentos até agora considerados tipicamente juvenis. Isso pode ser visto de forma bastante clara nos produtos que consomem, como roupas e música, que são sempre de estilo juvenil e que se tornaram conhecidas pelos meios de comunicação. Associado a isso, verifica-se também o início cada vez mais cedo do consumo de drogas, legais e/ou ilegais. Enfim, os indivíduos dessas idades procuram cada vez mais cedo seu ingresso na subcultura juvenil e seu reconhecimento como tal por seus iguais e pelos maiores e, em parte, o estão conseguindo.

Além da “juvenilização” do meio escolar, a violência que se produz na escola tem características comuns com as da violência juvenil em geral. Em particular, é importante assinalar o fato de ela ocorrer em grupo. Diversos autores têm destacado a alta frequência das agressões em grupo em contextos culturais diferentes (ver Revilla, 2002; *Oficina Defensor del Pueblo*, 2006). A violência das subculturas juvenis costuma ser direcionada para outros grupos de iguais, mas percebidos como diferentes, como representantes de um tipo de jovens distinto dos do grupo. Nesse sentido, a violência escolar dirige-se também para aqueles colegas que não são apreciados pelos agressores, seja por questões de personalidade, de meio social de procedência, de diferenças na aparência ou na representação imaginária, algo tipicamente juvenil. Tudo isso indica que a violência se dirige para indivíduos ou grupos que são desvalorizados pelo grupo agressor, tal como acontece entre alguns grupos de jovens.

Embora os motivos dessa desvalorização mudem com a idade, com os interesses etc., os maus tratos ao diferente por motivos subculturais estão presentes no meio escolar. Portanto, a violência tem uma clara função intragrupal, a saber: marcar os limites do permitido aos membros do grupo, tanto em comportamentos como em identidade: aparência, gostos etc. Ou seja, a agressão a uma pessoa diferente é um instrumento de controle social pelo qual os membros do grupo indicam o que pode acontecer a qualquer um que se desvie do comportamento sancionado positivamente por to-

dos. Nesse sentido, Gorski & Pilotto (1993) entendem os valores do grupo de iguais como um fator motivador da violência, como uma norma aceita por parte da subcultura adolescente e que pode preencher o vazio deixado por um meio escolar considerado irrelevante e tedioso. Mas também cumpre uma função intergrupala, pois com a agressão ao diferente reforça-se a própria identidade e acentua-se a diferença entre nós e eles, uma diferença que se transforma em diferença de poder graças ao uso ou ameaça de uso da violência.

Além disso, Holmes & Brandenburg-Ayres (1998) observam uma correlação entre ser agressor nos maus tratos escolares e o pertencer posteriormente a grupos juvenis violentos. Isso nos leva a pensar que a violência escolar pode ser o antecedente de formas de violência juvenil em outros âmbitos, normalmente mais sérias. De fato, para Patterson & colaboradores (Patterson, 1981; Patterson et al., 1992) a violência começaria no meio familiar, generalizando-se depois para o contexto escolar, tanto em sala de aula quanto com os colegas, e depois para a rua por meio das condutas delinquentes dos grupos de iguais. Contudo, não devemos esquecer que no meio escolar se tratam de condutas predominantemente grupais.

Também, da mesma forma que na violência escolar, a violência de jovens é predominantemente masculina, ligada ao exercício da força física sobre uma vítima normalmente mais fraca, como demonstração de superioridade (Fdez. Villanueva et al., 1998). Isso nos leva a pensar que a escassez de estudos sobre violência juvenil feminina está relacionada a esse caráter mais sutil, menos visível, da violência que as mulheres exercem, ou que elas encontram outros meios para exercer o poder, ou para afiançar sua identidade coletiva.

Por tudo isso, parece ser importante olhar para a violência juvenil para entender a violência escolar e vice-versa. Isso não implica que não existam outros elementos a considerar, nem que essa perspectiva esgote todos os ângulos do problema, mas essa análise a partir do jovem e das culturas juvenis é uma questão importantes para entender a violência escolar que mais parece preocupar: a dos adolescentes e pré-adolescentes. É uma explicação que vai além de

fatores individuais ou “individualizadores”, como a família ou as características de personalidade etc. É uma análise mais estrutural, no sentido em que procura entender a posição que ocupam os adolescentes e jovens na nossa sociedade atual.

Nesse sentido, poderíamos apontar a existência de uma ampla subcultura escolar que se caracteriza pelo grande descompromisso com a escola, por uma atitude negativa em relação ao trabalho educativo e uma tendência a mostrar desobrigação com a instituição (Revilla, 2002). Trata-se da influência da subcultura juvenil, que contrapõem o ócio ao trabalho educativo e que rejeita tudo que é percebido como pertencente ao mundo adulto, de forma que qualquer rendimento escolar elevado é visto pelos iguais como uma conformidade com as exigências adultas (Dubet & Martuccelli, 1996) e assim uma traição às normas grupais juvenis.

Como é resultado de uma posição estrutural, essa subcultura está permeada entre os jovens de diferentes extratos sociais e inclusive entre aqueles que alcançam os padrões de desempenho esperados pela instituição. Dubet & Martuccelli apontam para a tensão que se cria em sala de aula pela necessidade dos alunos de não perder sua posição frente a seus colegas e mostrar seu descompromisso com a escola. Nos Estados Unidos, Cothran & Ennis (2000) indicam que uma importante barreira ao compromisso com a escola é uma atitude majoritária entre os estudantes (de até dois terços da população) de frequentar a escola como obrigação, já que não gostam dela e nem a percebem como útil. Em uma sociedade de consumo que valoriza tanto a satisfação hedonista a curto prazo, é complicado comprometer-se com aprendizagens cujo resultado, no melhor dos casos, somente se contemplará muito depois.

A extensão dessa subcultura pode estar associada, junto com outros fatores, com a alta taxa de fracasso escolar em nosso país, que supera 30% segundo os últimos dados disponíveis da OCDE (2006), já que desestimula a motivação necessária para o esforço escolar. A menor taxa de fracasso escolar das jovens escolares mostra que essa subcultura é mais masculina que feminina, como tudo o que temos falado neste capítulo. Além disso, a elevada duração da

época juvenil, que é vivida como uma etapa de livre experimentação de papéis (ver Revilla, 2001), redundando na percepção de que o que quer que se faça neste momento na escola não tem consequências, pois o mundo laboral é percebido como demasiadamente distante.<sup>8</sup>

Essa subcultura é, em certa medida, uma reação dos escolares à violência disciplinar que exerce a escola e que, como dizia Foucault (1975), normaliza condutas ao mesmo tempo em que hierarquiza os sujeitos escolarizados. Como dizem Dubet & Duru-Bellat (2000), a escola instaura uma competição entre os estudantes por sucessos acadêmicos cujo resultado se naturaliza, apesar de ser em boa medida produto de uma desigualdade social inicial que a escola não pode compensar. Embora, logicamente, o sistema seja mais injusto com os jovens das classes populares, a pressão disciplinar atinge a todos, daí a rejeição mais ou menos simbólica, mais ou menos violenta, ao desempenho escolar.

De fato, alguns autores (Willis, 1977; Hargreaves, 1967) têm entendido essas manifestações juvenis como formas de resistência que podem estar relacionadas com certas formas de violência dos alunos dirigidas à instituição escolar. Contudo, é difícil pensar que os jovens utilizam a violência para resistir ativamente à opressão que sofrem. Pelo contrário, parece mais uma resistência simbólica ou ritual que não consegue modificar as condições da vida escolar, uma reação negativa inespecífica contra a instituição não plenamente consciente de seus efeitos, de forma que eles podem ser inclusive perversos ou negativos para os próprios implicados (Willis, 1977).

Essa reação negativa à escola se recrudescer quando ela é percebida como sem sentido ou sem utilidade, que é a percepção que existe entre muitas camadas da população na Espanha neste momento, não somente entre as classes populares, mas também entre as clas-

---

8 Ainda que esses fatores subculturais possam ser um fator de peso na explicação do fracasso escolar, não pretendemos afirmar que não existam fatores estruturais em nosso sistema educativo e em sua organização que colaborem também nesses maus resultados de nossos escolares.

ses médias. Há uma deslegitimação cada vez maior dos conhecimentos e dos diplomas que a escola oferece, o que está associado às dificuldades de boa parte da população para encontrar uma posição sociotrabalhista desejável (Feito, 1990). Ainda que o *status* socioeconômico e o nível de escolaridade dos pais influencie a proximidade dos alunos com a cultura escolar, a percepção da pouca utilidade dos diplomas escolares parece estender-se neste momento às camadas significativas da classe média, que não se sente segura sobre a reprodução social de seu *status* na geração seguinte.

A presença dessa subcultura escolar é um elemento fundamental para a ocorrência de violência dos alunos, implicando a possibilidade, bastante presente, de uma violência de oposição à disciplina escolar, junto com a possibilidade de uma violência entre alunos de caráter grupal frente aos mais fracos ou dirigida àqueles que menos se ajustam às normas subculturais.

## Conclusão

A análise que acabamos de realizar é a de um fenômeno social que gera, embora com intensidade variável, preocupação na sociedade, que vai de uma situação de latência quando não acontecem atos de violência especialmente sérios ou graves até uma situação de alarmismo social, especialmente mediático. São esses casos graves os que parecem desencadear a atenção da mídia e a preocupação social, independentemente do fato de que as taxas de violência criminal, em geral, continuam sendo na Espanha menores do que as dos outros países vizinhos (*Ministerio del Interior*, 2006).

Se isso é verdade, por que preocupar-se então com a violência dos jovens? Cremos que, apesar de tudo, é necessário conhecer os diferentes aspectos da vida de um segmento social tão importante como é a juventude, e aquilo que chamamos violência, nos seus diferentes tipos, consiste também em um aspecto relevante das manifestações juvenis. Além disso, prestar atenção a essa questão pode colocar em relevo os diferentes momentos que perpassam e,

neste caso, indicar quando sua incidência pode vir a desenvolver-se em uma direção ou em outra.

Em termos gerais, a violência dos jovens é parte de sua forma de vida, não de modo inerente, mas sim com uma presença relevante. Isso não significa que não existam jovens delinquentes que encontram na transgressão da lei um meio de vida, por meio do narcotráfico, mas tal fato não apresenta uma significância suficiente ou similar à existente em outros contextos sociais. Por isso, entendemos que não se justifica o flutuante alarme social que existe em nosso país.

Os fenômenos de violência que analisamos podem ser resumidos em dois tipos de lógica. A primeira, que podemos denominar lógica intrageracional, remete às tensões internas dos diferentes segmentos juvenis, que se expressam em dinâmicas de solidariedade intragrupal e rivalidade intergrupala, quando ocorrem violências entre diferentes grupos de jovens, seja na escola, na rua ou no futebol, os principais espaços significativos para os jovens espanhóis. Às vezes, a violência cometida chega a transformar-se em delitos perseguidos pelas instituições sociais por sua gravidade ou notoriedade e com as esperadas consequências para os jovens que os cometem.

Com essas ações, que nem sempre são violentas, os jovens expressam sua necessidade de se diferenciar e de se igualar frente aos outros jovens, no processo fundamental que é a construção e a vivência de qualquer identidade, inclusive a juvenil (ver Revilla, 1998). Os jovens buscam com isso o reconhecimento, em primeiro lugar, de seus iguais, assumindo identidades valorizadas pelas subculturas juvenis, tendo para tanto, às vezes, de ser rebeldes ou pelo menos mal vistos pelo olhar adulto. Para ser valorizado é necessário também, em alguns casos, mostrar o próprio poder, demonstrar uma força que em um contexto competitivo resulta em violência. Nesse mostrar e demonstrar poder têm especial importância os processos imaginários (Fernández Villanueva et al., 1998). Quem sofre essa violência, às vezes brutal e fatal, são aqueles jovens, moços e moças, menos valorizados segundo os critérios dos grupos de jovens dispostos a exercer a violência. E são as vítimas quem necessita

da proteção das instituições, seja na escola, nos espaços de lazer ou nos espaços de moradia.

A segunda lógica, que podemos denominar intergeracional, relaciona-se com a violência de oposição ao mundo adulto, uma oposição às vezes claramente motivada e consciente de sua intenção e resultados, outras vezes simplesmente inespecífica. Pensamos que, no momento atual, esse segundo tipo tende a ser predominante, pois resulta difícil para os jovens organizar qualquer movimento de protesto que agregue os interesses de um coletivo tão diversificado em seu interior.

É verdade que os movimentos juvenis que conseguem organizar-se (minorias de jovens que alcançam visibilidade na reivindicação de seus interesses) não são necessariamente violentos, motivo pelo qual estão fora dos interesses deste capítulo, com a exceção já assinalada dos jovens violentos do País Vasco. Essa violência de oposição ao mundo adulto aparece especialmente na atualidade nos espaços escolares, pela simples razão de que não é uma participação escolhida pelos próprios jovens, mas sim imposta pelas instituições sociais. A pressão disciplinar que se exerce sobre os jovens é intensa: pressão por desempenho, mas também por um comportamento impecável, de forma que a preocupação do docente é mais para a manutenção da ordem do que para o processo de aprendizagem. Por isso, aqueles que têm menos a ganhar no intercâmbio escolar têm cada vez menor motivação para o rendimento escolar e maior motivação para mostrar seu mal-estar frente à escola. Podemos também encontrar um reflexo desta lógica na violência criminal, em delitos como o vandalismo e, em geral, em todas as transgressões às normas sociais estabelecidas, como uma oposição inespecífica e como uma manifestação de mal-estar frente a uma sociedade que se percebe como alheia e/ou opressiva.

Seja qual for a lógica de que se trate, predomina entre os jovens a percepção de que essas condutas violentas não têm consequências para seu futuro, de acordo com a ideia de que se encontram vivendo uma moratória na qual podem experimentar certa liberdade. Entretanto, entendemos que essa percepção pode não ser muito realista.

Não é realista pensar que a oposição à escola não traz como resultado um rendimento escolar deficiente, inclusive uma reputação de aluno problemático que vai reduzindo as possibilidades de aceder à formação para postos de trabalho qualificados. Também o que acontece fora da escola pode ter sérias consequências, muitas vezes sem retorno. O jovem que, como resultado de se ver envolvido voluntariamente em atos agressivos grupais, comete algum delito mais sério (agressões com lesões graves, inclusive fatais) ou é detido pela polícia por delitos um pouco menos graves, embora puníveis (como roubos em lojas, não pagar transporte público etc.), pode terminar em centros de menores, sob a tutela das administrações públicas, ou simplesmente trilhar uma trajetória de delitos que o prejudicará no futuro quando pretender aceder a posições sociais adultas.

## Referências bibliográficas

- BALLESTEROS, I. Notas sobre la evolución y características de la delincuencia española. *Revista Internacional De Sociología*, 24(93-4), p.107-23, 1965.
- BARBERET, R. Spain. *European Journal of Criminology*, 2(3), p.341-68, 2005.
- BERNUZ-BENEITEZ, M. J. L'Evolution de la justice des mineurs en Espagne. *Deviance Et Societé*, 26(3), p.343-53, 2002.
- BRAKE, M. *Comparative youth culture: the sociology of youth culture and youth subcultures in América, Britain, and Canada*. Londres: Routledge, 1985.
- CARON, J.-C. La segunda enseñanza en Francia y en Europa, desde finales del siglo XVIII hasta finales del siglo XIX: colegios religiosos e institutos. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Eds.). *História de los Jóvenes*. La edad contemporánea, v.2. Madri: Taurus, 1996.
- COHEN, A. K. *Delinquent boys. The culture of the gang*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1955.
- COTHRAN, D. J. y C. D. Ennis Building bridges to student engagement: communicating respect and care for students in urban high schools. *Journal of Research and Development in Education*, v.33, n.2, p.106-17, 2000.



- CRAIG, W. M.; PEPLER, D.; ATLAS, R. Observations of bullying in the playground and in the classroom. *School Psychology International*, v.21, n.1, p.22-36, 2000.
- DE ELEJABEITIA, C. Comportamientos delictivos y orden social. *Revista Internacional De Sociología*, 40(41), p.89-99, 1982.
- DUBET, F.; DURU-BELLAT, M. *L'hypocrisie scolaire: pour un collège enfin démocratique*. Paris : Seuil, 2000.
- DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *À l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- FEITO, R. *Nacidos para perder: un análisis sociológico del rechazo y del abandono escolares*. Madri: Cide, Min. De Educación y Ciencia, 1990.
- FEIXA, C. *De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventud*. Barcelona: Ariel, 1998.
- ; PORZIO, L. Los estudios sobre tribus juveniles en España (1960-2003). *Revista de Estudios de Juventud*, v.64, p.9-28, 2004.
- . (Dir.); ———; RECIO, C. (Coords.). *Jóvenes "latinos" en Barcelona*. Espacio público y cultura urbana. Barcelona: Anthropos/Ayuntamiento de Barcelona, 2006.
- FERNÁNDEZ, C. et al. *Jóvenes violentos: causas psicosociológicas de la violencia en grupo*. Barcelona: Icaria, 1998.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- GILLIS, J. R. *Youth and History*. Tradition and change in European age relations 1770-Present. Nova Iorque: Academic Press, 1974.
- GÓMEZ, A. Estudio socio-criminológico de la juventud española. *Revista Internacional de Sociología*, 28(113-114), p.53-71, 1970.
- GORSKI, J. D.; PILOTTO, L. Interpersonal violence among youth: a challenge for school personnel. *Educational Psychology Review*, v.5, n.1, p.35-61, 1993.
- GRAMSCI, A. *Cartas desde la cárcel*. Madri: Cuadernos para el Diálogo, 1975.
- . *Para la reforma moral e intelectual*. Madri: Los Libros de la Catarata, 1998.
- HARGREAVES, D. H. *Social relations in a secondary school*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1967.
- HOLMES, S. R.; BRANDENBURG-AYRES, S. J. *Bullying behavior in school: a predictor of later gang involvement*. *Journal of Gang Research*, v.5, n.2, p.1-6, 1998.
- JÜNGER-TAS, J. Delinquency in thirteen western countries: some preliminary conclusions. In: JÜNGER-TAS, J.; TERLOUW, G. J.;

- KLEIN, M. W. (Eds.) *Delinquent behavior among young people in the western world: first results of the international self-report delinquency study*. Amsterdam: Kluger, 1994, p.370-86.
- KALLIOTIS, P. Bullying as a special case of aggression: Procedures for cross-cultural assessment. *School Psychology International*, v.21, n.1, p.47-64, 2000.
- MACHADO, E. Bandas juveniles y delincuencia: mitos y (des)información en los medios. In: MARTINS, M. L.; PINTO, M. (Orgs.). *Comunicação e Cidadania*. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008.
- MERTON, R. K. *Teoría y estructura sociales*. México, 1964(1957).
- MINISTERIO DEL INTERIOR DE ESPAÑA. *La criminalidad en España en 2006*. Madri: Ministerio del Interior, 2006.
- OFICINA DEL DEFENSOR DEL PUEBLO. *Informe del Defensor del Pueblo sobre Violencia Escolar*. Madri: Mimeo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Violencia escolar: el maltrato entre iguales en la ESO 1999-2006*. Madri: Mimeo, 2006.
- OLWEUS, D. Bullying among schoolchildren: intervention and prevention. In: PETERS, R. de V.; MCMAHON, R. J.; QUINSEY, V. L. (Eds.). *Aggression and violence throughout the life span*. Newbury Park: Sage, 1992, p.100-25.
- ORTEGA R.; MORA-MERCHÁN, J. A. Agresividad y violencia. El problema de la victimización entre escolares. *Revista de educación*, n.313, p.7-27, 1997.
- \_\_\_\_\_. Spain. In: SMITH, P. K. et al. (Eds.). *The nature of school bullying. A cross-national perspective*, Londres: Routledge, 1999, p.157-73.
- PATTERSON, G. R. *Coercive family process*. Eugene: Castalia, 1981.
- \_\_\_\_\_; REID, J., DISHION, T. *Antisocial boys*. Eugene: Castalia, 1992.
- RECHEA, C. et al. *La delincuencia juvenil de los jóvenes*. Autoinforme de los jóvenes. Madri: UCLM/Min. Interior, 1995.
- REVILLA, A. T. *Ultras y skinheads*. La juventud visible. Oviedo: Nobel, 1996.
- REVILLA, J. C. *La identidad personal en la pluralidad de sus relatos: estudio sobre jóvenes*. Tesis doctoral. Madri: Universidad Complutense de Madri, 1996.
- \_\_\_\_\_. *La identidad personal de los jóvenes: pluralidad y autenticidad*. Madri: Entinema, 1998.

- \_\_\_\_\_. Grupos urbanos violentos, tribus urbanas: causas psicosociológicas de la violencia en grupo. *Cuadernos de Derecho Judicial*, XI-2000, p.171-223, 2000.
- \_\_\_\_\_. La construcción discursiva de la juventud: lo general y lo particular. *Papers*, n.63/64, p.103-22, 2001.
- \_\_\_\_\_. La violencia de los alumnos en los centros educativos. *Revista de Educación*, n.329, p.513-32, 2002.
- RUTTER, M.; GILLER, H.; HAGELL, A. *La conducta antisocial de los jóvenes*. Madri: Cambridge U. Press, 2000.
- SMITH, P. K. England and Wales. In: \_\_\_\_\_. (Eds.). *The nature of school bullying: a cross-national perspective*, Londres: Routledge, p.68-90, 1999.
- SORIANO, J. P. Adaptación social de las pandillas juveniles latinoamericanas en España. Pandillas y organizaciones juveniles de la calle. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.81, p.109-37, 2008.
- SOTO NAVARRO, S. La delincuencia en la agenda mediática. *Revista Española De Investigaciones Sociológicas*, (112), p.75-130, 2005.
- SPAAIJ, R.; VIÑAS, C. Passion, Politics and violence: a sociohistorical analysis of spanish ultras. *Soccer & Society*, 6(1), p.79-96, 2005.
- THRASHER, F. M. *The gang: a study of 1,313 gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1927.
- TOMÁS DE ALMEIDA, A. Portugal. In: SMITH, P. K. et al. (Eds.). *The nature of school bullying: a cross-national perspective*. Londres: Routledge, 1999, p.174-86.
- VETTENBURG, N. Belgium. In: SMITH, P. K. et al. (Eds.). *The nature of school bullying: a cross-national perspective*. Londres: Routledge, 1999, p.187-204.
- WILLIS, P. *Aprendiendo a trabajar*. Cómo los chicos de la clase obrera consiguen trabajos de clase obrera. Madri: Akal, 1988(1977).
- ZAMORA ACOSTA, E. Las subculturas juveniles en Andalucía. *Cuaderno de Realidades Sociales*, n.45-46, p.89-98, 1995.